

Dossiê
Fronteiras amazônicas: a permanência do avanço do capital no oeste, sudoeste e
sul/sudeste do estado do Pará
Ufopa-Unifesspa-UFPA-Altamira

Carla Giovana Rocha (UFPA-Altamira)
Fernando Michelotti (Unifesspa-Marabá-PA)
Haroldo Souza (Unifesspa-Marabá-PA)
Rogerio Almeida (Ufopa-Santarém/PA)

No escopo da geopolítica, desde os primórdios da colonização, os processos históricos, econômicos, políticos e sociais têm conferido à Amazônia propósitos de fronteira de recursos, sob lógicas de dominação que vem sendo atualizadas sob o capitalismo dependente do sistema-mundo moderno-colonial. Uma região tributária de grandes estoques de riquezas naturais, que atende às demandas das economias centrais, dentro e fora do País.

Dos surtos econômicos iniciais, consagrados a partir do extrativismo das drogas do sertão até a borracha em fins do séc. XIX, passando pelos primeiros desenhos dos anos Vargas, e com maior musculatura no contexto da Segunda Grande Guerra, a partir do pacto de Washington cimentam um histórico de saques e pilhagens, onde o Estado tem exercido papel central na criação e efetivação de políticas públicas e formatação de institucionalidades em favor do grande capital nacional e internacional.

Nesta trajetória criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e o Banco da Borracha. Ação sucedida pelo Plano de Metas de JK. E, a partir da ditadura empresarial-militar (1964-1985) consagrou a integração econômica subordinada da região, tendo os eixos rodoviários como opção central, o que consagrou a lógica de um planejamento marcado pela planificação e o tecnicismo.

Neste sentido, iniciado nos anos de 1970, e efetivado nos anos 1980, o Estado criou o Programa Grande Carajás (PGC), legitimado pelo discurso do desenvolvimento do país e da região, a ser alcançado na forma de megaprojetos capazes de gerar divisas suficientes para equilibrar as contas internacionais. Coube ao Estado- mais uma vez - o papel de indutor de políticas de integração, assim como de políticas de renúncia e incentivo fiscal, bem como de financiamento. O que desembocou em “novas” institucionalidades, a exemplo da criação da Sudam e do Basa. Polos de desenvolvimento baseados na exploração da madeira, pecuária, comunicação, energia e extração mineral foram alguns dos (des)caminhos selecionados.

Como em outras eras, nas regiões periféricas ao capitalismo central, a produção coletiva foi apropriada de forma privada por alguns segmentos da sociedade, entre eles, bancos (Bradesco, Bamerindus e Econômico), montadores de automóveis (Volkswagen), negociantes de outras praças; enquanto os danos sociais e ambientais foram e continuam sendo compartilhados pelas populações locais e a sociedade nacional. Não que sem

tensões entre os heterogêneos sujeitos que competem em diferentes arenas: política, econômica, social e cultural.

Para vários investigadores sobre políticas públicas na Amazônia, dos mais diferentes campos do conhecimento,, os projetos estabelecidos no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) continuam a servir como bússola para os planos atuais, baseados em eixos de integração de transporte (hidrovia, rodovia e ferrovia), energia e comunicação, que dialogam diretamente com as propostas estabelecidas na macro política da Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA), datada dos anos iniciais da década de 2000.

É a partir das continuidades dessa história de colonização/ocupação, acrescida de novos contextos e situações, que vem se formando um complexo xadrez que mobiliza uma infinidade de redes econômicas, políticas e sociais, em diferentes escalas (local, micro e macrorregional, , estadual, amazônica, panamazônia e global) no oeste, sul/sudeste e sudoeste do Pará atual. Essas regiões vêm despontando como estratégicas para a produção e escoamento de *commodities*, a partir de uma matriz que aprofunda a especialização da região ao extrativismo e à lógica da economia de enclave e de reprimarização das exportações.

A busca de reflexão sobre esses processos que atualizam a agenda dos grandes projetos impostos sobre a região é o motivador desse dossiê, proposto por pesquisadores das universidades UFOPA, UNIFESSPA e UFPA - Campus de Altamira. Como vem se atualizando esses processos neoextrativistas, que sujeitos vêm sendo afetados ao longo dos anos, que impactos econômicos, sociais, demográficos e políticos são gerados, e como se desdobram em concentração fundiária, especulação imobiliária e favelização urbana, conflitos sociais e ambientais?. Estas são perguntas norteadoras deste dossiê.

A reflexão sobre os processos que atualizam a agenda dos grandes projetos na região motiva este dossiê, elaborado por pesquisadores das universidades UFOPA, UNIFESSPA e UFPA - Campus de Altamira. Como esses processos neoextrativistas vêm se atualizando, quais sujeitos têm sido afetados ao longo dos anos, e quais impactos econômicos, sociais, demográficos e políticos têm sido gerados? Além disso, como esses fatores se desdobram em concentração fundiária, especulação imobiliária, favelização urbana, conflitos sociais e ambientais? Essas perguntas orientam este estudo.

Cumpramos sublinhar, que, apesar das assimetrias dos sujeitos que pelejam nas mais diferentes arenas, os colocados em condições de subalternização, empenham esforços em edificar projetos contra hegemônicos que tensionam o *status quo*, seja no campo da educação, cooperação, gênero, juventude, sexualidade, produção e artes. Abre-se, assim, também um campo de reflexão sobre movimentos sociais e a construção de horizontes e projetos regionais na contracorrente.

A proposta deste dossiê visa aglutinar **doze artigos, três relatos de experiência e três entrevistas com dirigentes de movimentos sociais e um ensaio etnográfico**. Avaliamos que as experiências, assim como as entrevistas possam cotejar as iniciativas geradas a partir dos movimentos sociais.

Em relação às normas de submissão de artigo e relato de experiência, solicitamos visitar o site da revista. Com relação ao ensaio etnográfico e entrevistas, eis o modelo sugerido pelos editores do Dossiê:

Ensaio etnofotográfico

É um texto imagético estruturado com uma pequena introdução escrita, seguida com imagens das rotinas de trabalho em campo, das representações culturais e outras formas artísticas que valorizam a imagem etnográfica sustentada na leitura antropológica do lócus de pesquisa.

a) Os textos direcionados a essa seção não devem ultrapassar o limite de sete (07) laudas, com texto escrito de 1 a 2 páginas, seguido por no máximo 10 imagens.

b) As imagens terão as seguintes especificações: sem legenda, devem dialogar com o texto narrativo e possuir as seguintes especificações: no formato de Paisagem, a mesma deve ter a altura de 11,5 cm e largura de 16 cm; se for em Retrato, a imagem deve estar numa única página alinhada à margem esquerda da página.

c) As imagens utilizadas não podem ter problemas autorais e devem ter o consentimento de uso.

Entrevista

a) Não deve ultrapassar seis (6) laudas;

b) Os trabalhos devem apresentar os seguintes elementos: título em português; título em inglês; nome do entrevistado e do entrevistador; apresentação da entrevista e do entrevistado; transcrição da entrevista; breve biografia do entrevistador de até três linhas e e-mail.

Calendário: os trabalhos serão recebidos somente a partir do site da publicação.

ETAPAS	DATA
Lançamento da chamada	11.03.2026
Data limite para submissão dos trabalhos	31.05.2026
Análise dos artigos por pareceristas	01.06.2026 a 31.07.2026
Divulgação do resultado	10.08.2026
Data prevista para publicação	Nov.2026